

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011536-03.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **MARIA NILDA ZANGRANDO MAROLLA**
Requerido: **CRED MASTER CONSIGNADO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter recebido proposta para a portabilidade de empréstimos que contraíra junto a outros estabelecimentos bancários mediante condições que especificou.

Alegou ainda que após algumas tratativas aceitou a oferta, mas na sequência foi surpreendida com a informação de que, por sua idade, a contratação não poderia ser implementada.

As preliminares arguidas na contestação de fls. 51/59 entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

Os documentos que instruíram o relato exordial, especialmente os de fls. 07/46, respaldam satisfatoriamente a versão da autora.

Patenteiam de início a negociação entre as partes para que fosse feita a portabilidade ao segundo réu de contratos que a autora mantinha com outras instituições.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Denotam, outrossim, que o negócio não se concretizou em virtude da idade da autora.

Não detecto ilicitude dos réus que rendesse ensejo ao acolhimento da postulação vestibular.

Nesse sentido, ressalva-se que na realidade a transação entre a autora e o segundo réu não chegou a consumir-se porque antes que esse o subscrevesse foi percebido que por força da idade daquela a portabilidade de seus empréstimos não poderia suceder.

A circunstância das tratativas terem acontecido não modifica esse cenário, sendo certo que somente com a aposição da assinatura de ambos os contratantes se tem por concluído o negócio jurídico que entabulam.

Por outro lado, não padece de vício a estipulação de critérios para a formulação de política voltada à concessão de empréstimos, mesmo quando calcada na faixa etária dos interessados.

Significa dizer que poderia o segundo réu – como fez – vincular a realização de empréstimos à idade de quem os desejasse, especialmente quando envolvem o pagamento por largo espaço de tempo.

Foi precisamente o que aqui se deu.

Bem por isso, seja por não se reconhecer o direito da autora à concretização do contrato noticiado, seja por não se detectar irregularidade no procedimento dos réus, a rejeição da pretensão deduzida transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA